

Antônio Veloso Peleja Júnior

INOVAÇÕES NO DIREITO ELEITORAL

Novos Temas de Direito Eleitoral e as Reformas Eleitorais

- Minirreforma Eleitoral: Leis 13.487 e 13.488/2017
- Minirreforma Eleitoral: Lei 13.165/2015
- Institutos do CPC e o Processo Eleitoral
- Resolução 23.478/2016 – TSE, que disciplina a aplicabilidade do CPC no âmbito da Justiça Eleitoral
- Emendas Constitucionais 91/2016 e 97/2017
- De acordo com as Súmulas do TSE
- Novos temas de Direito Eleitoral: *crowdfunding*, *impulsioneamento*, *financiamento coletivo*, *controvérsias sobre a efetividade das cotas para as candidaturas femininas*, *fake news*, *voto impresso* e *ADIN*, *Fundo Partidário* destinado ao financiamento das campanhas eleitorais das candidaturas femininas e *ADIN*

2ª Edição
Revista e Atualizada

Curitiba
Juruá Editora
2018

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	23
1 – OS IMPACTOS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NA SEARA ELEITORAL	25
1 O Novo CPC e seus Influxos na Seara Eleitoral	25
2 Normas do Novo CPC e a sua Influência na Justiça Eleitoral.....	27
2.1 A contagem dos prazos no novo CPC.....	27
2.2 Teoria dinâmica do ônus da prova.....	27
2.3 A tutela de urgência e o art. 26-C, Lei das Eleições	32
2.4 Ordem cronológica de conclusão de processos.....	34
2.5 Contraditório dinâmico: garantia de influência e vedação às decisões surpresa.....	35
2.6 Fundamentação analítica.....	36
2.6.1 Art. 489, § 1º, NCPC: uma mudança de paradigmas	37
2.6.2 Análise do art. 489, § 1º, NCPC	38
2.6.3 Algumas ponderações quanto às hipóteses do art. 489, § 1º, CPC	40
2.6.4 § 2º No caso de colisão entre normas, o juiz deve justificar o objeto e os critérios gerais da ponderação efetuada, enunciando as razões que autorizam a interferência na norma afastada e as premissas fáticas que fundamentam a conclusão.....	52
2.6.5 § 3º A decisão judicial deve ser interpretada a partir da conjugação de todos os seus elementos e em conformidade com o princípio da boa-fé	54
2.7 Negócio jurídico processual, Direito Eleitoral e a Torre de Babel ...	55
2 – RESOLUÇÃO 23.478/2016 – ESTABELECE DIRETRIZES PARA A APLICAÇÃO DO NCPC NO ÂMBITO DA JUSTIÇA ELEITORAL.....	57
1 O Direito Eleitoral e as Normas Administrativas Típicas e Atípicas	57
2 O Novo CPC e a Resolução 23.478/2016	59
2.1 A Resolução 23.478/2016 e a edição de outras similares	59

2.2	Legislação eleitoral como normas específicas e CPC como legislação comum: aplicação supletiva e subsidiária	59
2.3	A vedação de decisões-surpresa no âmbito eleitoral.....	60
2.4	Processos eleitorais e gratuidade da justiça.....	61
2.5	A inaplicabilidade do <i>amicus curiae</i> na seara eleitoral	62
2.6	Regras relativas à mediação e conciliação na seara eleitoral	63
2.7	A contagem dos prazos em dias úteis e sua não aplicação aos feitos eleitorais.....	64
2.8	Prazo de trinta dias para a manifestação do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica.....	68
2.9	A busca e apreensão dos autos: inaplicabilidade do art. 234, § 2º, CPC	69
2.10	Recesso forense.....	69
2.11	A vedação da autocomposição na Justiça Eleitoral.....	70
2.11.1	Negócios jurídicos processuais	71
2.12	Os atos ordinatórios na seara eleitoral	77
2.13	A publicação dos atos processuais, para os quais admite-se a publicação em cartório, sessão ou a utilização de edital eletrônico, durante o período previsto no calendário eleitoral: inaplicabilidade do art. 205, § 3º, CPC.....	78
2.14	Os pedidos autônomos de tutela provisória: autuação em classe própria.....	78
2.15	Carga rápida no período de calendário eleitoral.....	79
2.16	Da ordem dos processos no tribunal	80
2.17	Quórum para julgamento	81
2.18	Espaço mínimo para julgamento em sessão: ações originárias e recursos	81
2.19	Dos recursos.....	83
2.20	Da sistemática de recursos repetitivos: não aplicação em determinados casos.....	86
2.21	Oitiva de testemunhas e sustentação oral por meio de videoconferência.....	88
2.22	Aplicação da resolução	88
3	MINIRREFORMA ELEITORAL – LEIS 13.487 E 13.488/2017	89
1	O Direito Eleitoral e suas Modificações.....	89
2	O <i>Status Quo</i> e a Necessidade de Reformas.....	90
3	Alterações de Índole Constitucional.....	91
4	A Minirreforma Eleitoral pela Lei 13.165/2015 e as Ações Diretas de Inconstitucionalidade 5.525 e 5.619	93
5	Alterações pela Emenda Constitucional 97/2017	97
5.1	Autonomia partidária	97

5.2	Vedação da coligação em âmbito das eleições proporcionais.....	99
5.3	Direito dos partidos políticos aos recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão: cláusula de desempenho	100
5.4	Justa causa da mudança de partido por candidato eleito por partido que não atendeu aos requisitos.....	102
6	Alterações de Índole Infraconstitucional: Leis 13.487/2017 e 13.488/2017.....	104
6.1	Do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC).....	104
6.2	Regulamentação da criação, extinção ou conversão da fundação ou instituto de direito privado criado por partido (alteração na Lei 9.096/1995)	112
6.3	Lapso temporal necessário ao registro do estatuto partidário no TSE: diminuição do prazo (alteração na Lei 9.504/1997)	113
6.4	Diminuição do prazo para o domicílio eleitoral e deferimento da filiação partidária	114
6.5	Do parcelamento das multas	115
6.6	Candidaturas avulsas.....	120
6.7	Da proibição da propaganda política paga no rádio e na televisão.....	122
6.8	Da compensação fiscal às emissoras de rádio e televisão.....	123
6.9	Do registro dos estatutos do partido no TSE: redução do prazo ...	124
6.10	<i>Crowdfunding</i> ou financiamento coletivo ou “vaquinha na internet”	124
6.10.1	Das regras estabelecidas para o <i>crowdfunding</i>	126
6.10.2	Não configuração de propaganda antecipada.....	131
6.11	Impulsionamento ou patrocínio de conteúdos.....	131
6.12	Nova hipótese de dispensa de comprovação na prestação de contas.....	135
6.13	Da propaganda eleitoral em bens públicos e particulares	136
6.13.1	Da colocação de bandeiras e adesivo plástico	136
6.13.2	Tipificação criminal da publicação de novos conteúdos ou impulsionamento de conteúdos no dia da eleição e funcionamento de carros de som e minitrios como meio de propaganda eleitoral.....	139
6.14	Participação de candidatos em debates e cláusula de barreira ...	142
6.15	Propaganda eleitoral gratuita no segundo turno.....	143
6.16	Inserções na propaganda eleitoral gratuita.....	144
6.17	Propaganda na internet.....	145
6.17.1	Da vedação à veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga na internet, salvo impulsionamento de conteúdo	147

6.17.2	Da suspensão do acesso ao conteúdo veiculado que descumprir as normas legais	148
6.17.3	Da formulação de regras de boa prática na internet	149
6.17.4	Do direito de resposta	149
6.18	Da propaganda institucional destinada ao incentivo à participação das minorias	150
6.19	Partido político e entidade paraestatal	151
6.20	Das doações a partidos, os entes públicos e as pessoas físicas	151
7	Alterações no Código Eleitoral	157
7.1	Da distribuição dos lugares aos partidos e coligações	157
7.2	Do crime de apropriação indébita eleitoral	158
7.3	Distribuição de recursos entre os partidos e número de representantes	158
7.4	Democracia contemporânea e princípio da igualdade	159
7.5	Dos limites de gastos nas campanhas eleitorais	163
7.5.1	Dos limites de gastos nas eleições de 2018 para candidatos a governador e senador: critérios	163
7.5.2	Dos limites de gastos nas eleições de 2018 para candidatos a deputado federal, estadual e distrital: critérios	165
7.6	Excesso aos limites de gastos das doações de pessoas físicas e recursos públicos: consequências	165
7.7	Adequação dos estatutos do partido à Lei 13.488/2017	166
8	Ação de Desfiliação Partidária e Justa Causa para Migração Partidária	166
8.1	A tutela antecipada – modalidade tutela da evidência	167
4 –	MINIRREFORMA ELEITORAL – LEI 13.165/2015	171
1	A Minirreforma Eleitoral pela Lei 13.165/2015	171
2	As Alterações em Espécie	172
2.1	Da escolha dos candidatos em convenções partidárias: redução do prazo de 12 a 30 de junho do ano eleitoral para 20 de julho a 05 de agosto	172
2.2	Dos limites para o registro de candidatos para as eleições proporcionais	173
2.2.1	Os reflexos das candidaturas femininas fictícias nos âmbitos processual e material	175
2.2.1.1	Os direitos humanos e a igualdade entre homens e mulheres	175
2.2.1.2	A desigualdade entre homens e mulheres no âmbito da participação político-eleitoral ..	176
2.2.1.3	Ações eleitorais para o combate à fraude de cota de gênero: aspectos processuais	179

2.2.1.3.1	Móveis jurídico-processuais	179
2.2.1.3.2	A desconstituição do DRAP e a natureza do litisconsórcio.....	183
2.2.1.3.3	Da desconstituição do DRAP ou da cassação individualizada do registro ou do diploma: litisconsórcio facultativo.....	186
2.2.1.3.4	Efeitos da decisão em caso de fraude: o DRAP e os registros de candidatura	188
2.2.1.3.5	Nulidade dos votos e eventual retotalização.....	191
2.3	Alteração do prazo para o registro dos candidatos e da contagem do prazo da idade mínima para o cargo de vereador.....	200
2.4	Flexibilização da duração razoável do processo	201
2.5	Da fixação dos limites de gastos de campanha: pelo Tribunal Superior Eleitoral.....	202
2.6	A administração financeira da campanha pelo candidato e as doações exclusivamente por pessoas físicas	203
2.7	Pedido de abertura de conta bancária e inscrição no CNPJ: exclusão do comitê financeiro e atos correlatos, de forma que os atos serão realizados pelos candidatos.....	208
2.8	Doações e limites de gastos	210
2.9	Recursos provenientes de fontes vedadas e fiscalização das receitas	211
2.10	Prestação de contas e doações ocultas (vedadas pelo STF)	213
2.11	Aumento do prazo para a remessa da prestação de contas.....	218
2.12	Aumento do prazo para o julgamento das contas dos candidatos: até 03 dias antes da diplomação	218
2.13	Da propaganda eleitoral	219
2.13.1	Redução do prazo da propaganda e aumento dos nomes dos candidatos a vice ou a suplentes de senador nas propagandas aos cargos majoritários.....	219
2.13.2	Alargamento da possibilidade de propaganda antecipada.....	220
2.13.3	Restrição à propaganda em bens públicos e particulares	222
2.13.4	Definição do que se considera “carro de som”: inclusive os veículos não motorizados ou tracionados por animais.....	222
2.13.5	Vedações à apresentação de programas por pré-candidatos.....	223
2.13.6	“Cláusula de desempenho” para a participação de candidatos em debates.....	224

2.13.7	Novas regras para propaganda eleitoral gratuita.....	224
2.13.8	Modificação dos prazos para a propaganda eleitoral gratuita (inserções).....	234
2.13.9	Modificação do prazo para a propaganda via internet: após 5 de julho para após 15 de agosto.....	236
2.13.10	Direito de resposta: disciplina do prazo para os casos de ofensa proferida via internet.....	237
2.14	O registro impresso do voto eletrônico.....	238
2.15	Realização de despesas com publicidade: vedação de condutas aos agentes públicos no ano eleitoral.....	241
2.16	Alteração nas regras para o TSE requisitar das emissões de rádio e televisão espaço para a divulgação de comunicados, boletins e instruções.....	241
2.17	Exclusão da possibilidade das sanções aplicadas ao candidato serem extensíveis aos partidos políticos.....	242
2.18	Intimação dos advogados dos candidatos, partidos ou coligações nos tribunais regionais eleitorais: via página do tribunal na internet.....	243
2.19	Reunião de ações eleitorais propostas por partes diversas sobre o mesmo fato: competência do juiz ou relator que tiver recebido a primeira.....	244
2.19.1	A conexão e o art. 96-B, Lei 9.504/1997.....	245
2.19.2	Requisito implícito: observância da competência.....	246
2.19.3	Conflito aparente entre os §§ 1º e 2º.....	246
2.19.3.1	Requisitos essenciais para a aplicação da regra do § 2º: a competência e a inexistência de coisa julgada.....	247
2.19.4	O litisconsórcio e o art. 96-B, § 2º, Lei 9.504/1997.....	247
2.19.5	Natureza jurídica do litisconsórcio imposto pela lei....	249
2.19.6	A coisa julgada em sua dúplice função “positiva-negativa”.....	250
2.20	Dispõe acerca da contratação de pessoal para prestação de serviços nas campanhas eleitorais: não gera vínculo empregatício...	252
2.21	Prestação de contas e não obrigatoriedade de discriminação nominal das pessoas contratadas para as atividades de campanha...	253
2.22	Criação de partidos e limite temporal.....	254
2.23	Alteração das regras da fidelidade partidária.....	255
2.23.1	Aspectos processuais relacionados à perda do mandato por infidelidade partidária.....	255
2.24	Alteração nas normas relativas à prestação de contas.....	260
2.25	Supressão dos comitês financeiros e o desaparecimento da obrigatoriedade da fiscalização da escrituração contábil dos partidos.....	262
2.26	Relativização da prestação de contas.....	264

2.27 Mecanismos de doações de recursos financeiros.....	269
2.28 A distribuição de percentual do fundo partidário: a inviabilização do funcionamento e do desenvolvimento das novas agremiações.....	269
2.29 Distribuição de recursos do fundo partidário: incentivo à participação das mulheres na política.....	275
2.30 Quitação eleitoral e obtenção de passaporte.....	277
2.31 Impedimento imposto ao cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o 2º grau, de candidato a cargo eletivo registrado na circunscrição, para servir como juiz de tribunal eleitoral ou juiz eleitoral.....	278
2.32 Quórum para o julgamento de ações cujo objeto é cassação de registro, anulação geral de eleições ou perda de diploma.....	279
2.33 Prorrogação do término do prazo para o requerimento de registro de candidato; modificação do prazo para o julgamento da impugnação aos registros de candidatura; novo prazo para a realização de convenções partidárias.....	280
2.34 Cláusula de desempenho individual nas eleições proporcionais.....	281
2.35 As normas para a distribuição dos lugares não preenchidos pela aplicação do quociente partidário.....	282
2.36 Decisões da Justiça Eleitoral e realização de novas eleições.....	283
2.37 Do voto em trânsito e membros das “forças de segurança” em apoio às eleições.....	284
2.38 Fixação de novo prazo para a propaganda eleitoral.....	286
2.39 Exceção à regra da eficácia imediata dos recursos eleitorais, em determinados casos.....	286
2.40 Hierarquia nas provas?: e exclusão da prova testemunhal singular.....	288
2.41 Dos incentivos à participação das mulheres na política.....	288
2.42 Suspensão da imunidade tributária dos partidos.....	290
REFERÊNCIAS.....	291
ÍNDICE REMISSIVO.....	295